

excessiva descentralização administrativa desse regime não trazia resultados satisfatórios para a Coroa portuguesa.

Foi buscando a centralização político-administrativa da colônia que D. João III criou, em 1548, o Governo-Geral, cuja sede foi a capitania da Bahia de Todos os Santos. A criação do Governo-Geral não significou o fim das capitanias, mas retirou dos donatários muitas de suas prerrogativas. O donatário passou a ter a função básica de capitão-mor: a defesa do território. Faziam parte do Governo-Geral o provedor-mor (responsável pelas finanças) e o ouvidor-mor (autoridade maior da justiça na colônia).

Ao governador-geral cabia: conceder terras (sesmarias) aos índios amigos (suprema ironia: doar aos índios suas próprias terras!) e a particulares com posses; impedir a escravidão dos índios, assim como a distribuição de armas a eles; defender a costa de ataques, promovendo para este fim a construção de navios e obrigando os senhores de engenho a construir torres e fortes para proteger suas propriedades; explorar as terras interioranas; percorrer todas as capitanias e prestar contas ao rei.

O primeiro governador-geral foi Tomé de Sousa (1549 a 1553) em cuja administração foi fundada a primeira capital do Brasil (Salvador), onde foi estabelecido o primeiro bispado e construídos os edifícios públicos (casa dos governadores, casa da Câmara, cadeia, igreja matriz, armazém para a alfândega). Foi também no seu governo que se deu a introdução do gado trazido de Cabo Verde e a instalação de vários engenhos de açúcar. Em sua comitiva vieram seis padres da Companhia de Jesus sob a chefia de Manuel da Nóbrega.

Em 1553 chegou o segundo governador-geral, Duarte da Costa, que enfrentou sérias dificuldades na sua administração: sublevação dos indígenas na Bahia, invasão francesa⁽³⁾ na baía de Guanabara e atritos com os colonos.

Na nova leva de jesuítas que chegou com o segundo governador veio o jovem José de Anchieta, um dos fundadores do Colégio de

O BRASIL COLÔNIA (SÉCULOS XVI A XVIII)

São Paulo de Piratininga (1554), na capitania de São Vicente, que deu origem à cidade de São Paulo.

O terceiro governador-geral foi Mem de Sá, que se destacou por ter expulsado os franceses do Rio de Janeiro.

O quarto governador-geral, D. Luís Fernandes de Vasconcelos, não chegou a assumir o cargo, pois foi assassinado em alto-mar por piratas franceses.

Entre 1572 e 1578 a administração colonial foi dividida, por ordem do rei D. Sebastião, em dois Governos-Gerais: Governo do Norte, sob a chefia de D. Luís de Brito e Almeida (sede em Salvador), e Governo do Sul, sob a responsabilidade de D. Antônio Salema (sede no Rio de Janeiro). Esta divisão visava proteger os litorais Sul e Norte de invasões estrangeiras. Em 1578, como a divisão não deu os resultados esperados, ocorreu a reunificação, sendo nomeado Lourenço da Veiga como governador-geral.

1580 A 1640: UNIÃO IBÉRICA

A morte do cardeal-rei D. Henrique (sucessor de D. Sebastião), que não deixou herdeiros diretos, levou Portugal a uma grave crise político-dinástica. O parente mais próximo e com direitos ao trono era o rei Filipe II, da Espanha, que acabou por se impor como herdeiro da Coroa portuguesa. Durante sessenta anos (1580 a 1640), Portugal foi governado pela Espanha. Este período recebeu várias denominações dos historiadores: União Ibérica, União Peninsular, Período Filipino, Domínio Espanhol, Domínio Habsburguês⁽⁴⁾.

Durante a dominação espanhola, a administração da colônia portuguesa esteve subordinada às "Ordenações Filipinas", que pouco diferem das anteriores (Afonsinas e Manuelinas). Estas ordenações estabeleceram efetivamente as Câmaras Municipais como organismos representativos locais.

As Câmaras Municipais, instituídas desde as "Ordenações Manuelinas", representavam o poder político das vilas e povoações. Eram compostas por vereadores, procurador, tesoureiro e escrivão subordinados ao "Juiz Ordiná-

(3) Ver capítulo 2, págs. 30 e 31.

(4) Habsburgo ou Casa D' Áustria: casa dinástica que reinava na Espanha nesta época.